

TECENDO A TRAMA HISTÓRICA DE ANÁLISE DOS DOCUMENTOS COM MICHEL FOUCAULT, GILLES DELEUZE E FELIX GUATTARI

Flávia Cristina Silveira Lemos¹
flaviacslemos@gmail.com

Franco Farias Cruz²
francofcruz@yahoo.com.br

Giane Souza³
gissouza@hotmail.com

Resumo: Esse artigo visa traçar uma breve descrição teórica e metodológica a respeito do trabalho arqueológico e genealógico com a escrita histórica e com a análise de documentos como crítica do presente. Nesse aspecto, o texto traz à tona uma preocupação com a produção da diferença e a abertura de novas possibilidades de vida, em uma história útil à vida e que opera problematização das práticas sociais instituídas. Escrever e perguntar historicamente permite abrir brechas e criar possíveis de existência ética, estética e política no tempo em que vivemos e essa dimensão metodológica e teórica é trabalhada, nesse breve e sintético relato de nossos estudos documentais, com a contribuição dos aportes de Michel Foucault, Gilles Deleuze e Felix Guattari.

Palavras-chave: História. Documentos. Resistência.

Abstract: This article aims to outline a theoretical and methodological description about the archaeological and genealogical work with historical writing and document analysis as critical of this. In this aspect, it brings up a concern with the production of difference and opening up new possibilities of life in a useful story to life and operates questioning of established social practices. Write and ask historically lets you open and create loopholes possible existence of ethics, aesthetics and politics in the time we live in and this methodological and theoretical dimension is crafted, this brief account of our synthetic and documentary studies the contribution of inputs of Michel Foucault, Gilles Deleuze and Felix Guattari.

Keywords: History. Documents. Resistance.

INTRODUÇÃO

Este artigo aborda uma perspectiva histórica de anos de estudos do legado de Michel Foucault, Gilles Deleuze e Felix Guattari que tem sido extremamente importante para realizarmos uma analítica de algumas pistas arqueogenealógicas no trabalho histórico da problematização de documentos.

Dessa maneira, buscamos nesse texto oferecer algumas ferramentas para os leitores que se interessam em realizar pesquisas, em um trabalho sistemático e minucioso de estudo a respeito da produção do arquivo, da teoria da história, da descrição e acompanhamento do campo de tensões da

história política e cultural e, por fim, que desejem percorrer os entremeios dos fazeres rizomáticos de uma escrita que visa experimentar por meio da filosofia da diferença.

Estamos nos remetendo, no presente texto arquivo a um plano de composição de pesquisa invenção que é também um exercício de encontros potentes e alegres, em uma história efetiva que, nos dizeres de Nietzsche (2003), seja útil à vida.

Traçar escritas metamorfoses da história na historiografia descritiva e problematizadora de práticas é efetuar um trajeto que perpassa o âmbito do que nos acontece no presente, realizando perguntas, criando problemas e produzindo brechas na dureza das pedras de práticas sociais cristalizadas e enrijecidas que nos fazer sofrer pelas repetições. Assim, fazer escrever história como trama de perguntas para rachar documentos monumentos e possibilitar possíveis de existências heterogêneas e diferenciadoras.

Assim, lançamos mão das metodologias em história e da escrita histórica, visando ofertar pistas do trabalho com documentos que são diagramas de forças, formadas por saberes, poderes e subjetividades. Aprender a lidar com novas ferramentas e a tecer tramas e intrigas com arquivos e sua guarda foi um percurso nada simples de efetuar e, por isso, trazemos nesse artigo um breve esboço de nossas incursões e trajetórias nessa seara teórica e metodológica.

1 A DESMONTAGEM DOS DOCUMENTOS E DOS ARQUIVOS: A ESCRITA DA HISTÓRIA COMO CAMPO DE FORÇAS MÚLTIPLAS ENTRECruzADAS

A busca cotidiana com os modos de fabricar arquivos e as maneiras de acessá-lo implica em apropriar-se de um pensamento que problematiza os recortes, as seleções, as disputas, as montagens, as práticas editoriais, as fotos e timbres, as assinaturas, a organização de gavetas e dos armários, as arquiteturas, os financiamentos e sistemas de difusão da educação, as regras de guarda e gestão da informação.

Se preocupar com os lugares onde estão armazenados os arquivos e que instituições criaram e financiaram determinado museu, certa biblioteca e uma maneira de publicização de documentos guardados em um arquivo específico é um objeto de estudos nos saberes das ciências humanas e sociais, em especial, na história, na psicologia social e institucional, na antropologia, na sociologia, na arquivologia e na biblioteconomia.

Assim, fazer história é muito mais do que escrever sobre datas e supostos heróis, pois trata de analisar a montagem de documentos monumentos e dos suportes em que estão preservados e divulgados.

Outro exercício muito presente e de difícil incursão para a formação do estudioso de história é a apropriação e desenvolvimento de uma análise das racionalidades econômicas, políticas, sociais, religiosas, culturais e subjetivas que entram em jogo na constituição de documentos, fazendo perguntas para os mesmos e desmontando-os como artefatos que são.

Escrever a história é forjar artificios tal qual um artesão produz seus instrumentos de trabalho que lhe permitem inventar e burilar seus objetos e a si mesmo simultaneamente. Neste sentido, nos apropriamos das contribuições da teoria da história e do trabalho empírico do historiador em seu fazer cotidiano para tecermos as redes de intrigas e perguntas de pesquisa que nos moveriam nos trajetos e itinerários a trilhar.

Datas e lugares, tempo e espaço como matéria da análise em história é algo relevante metodologicamente para o trabalho empírico situado e para a demarcação política dos acontecimentos.

Assim, para escrever esta história perspectiva, destacamos que, em Deleuze e Guattari (2000), um documento e um arquivo são agenciamentos, organizados como uma multiplicidade, um rizoma que funciona no dispositivo que constitui e, portanto, não deve ser lido para ser compreendido, mas para fazer passar algo e, desse modo, poder operar conexões.

Escrever a história é compor os enunciados coletivos, heterogêneos, trama e intriga, diagrama, variação e cartografia, corpo sem órgãos, diagonal, um mapa aberto para que possa ser desmontado. “O pensar opera no interstício [...] há apenas meios e entremeios [...] mutação [...] o devir, a mudança, a mutação, concernem às forças componentes e não às formas compostas” (DELEUZE, 2000, p. 93-4).

A escrita acontece como intermezzo com a conjunção “e” pelo meio e entre, sem filiação e sem raiz arborescente. Trata-se de um livro que inscreve e escreve uma ontologia histórica e uma pragmática política conectiva sem finalidade instrumental. Visamos oferecer ao leitor um livro bomba, que faça interferências, abrindo poros e fendas em uma escrita que passa pelo infinitivo, sem sujeito autor (DELEUZE; GUATTARI, 2000). “Escrever é lutar, resistir; escrever é vir-a-ser; escrever é cartografar” (DELEUZE, 2005, p. 53).

Escrever a história sem recordações e raízes que operam a linha estratificada da influência pode produzir conjurações do sujeito da consciência e das linearidades cronológicas do relógio e de um

tempo contínuo. “Escrever é um fluxo entre outros, sem nenhum privilégio em relação aos demais” (DELEUZE, 1992, p. 17).

[...] A história, genealogicamente dirigida, não tem por fim reencontrar as raízes de nossa identidade, mas ao contrário, se obstinar em dissipá-la; ela não pretende demarcar o território único de onde viemos, essa primeira pátria a qual os metafísicos prometem que nós retornaremos; ela pretende fazer aparecer todas as descontinuidades que nos atravessam. [...] (FOUCAULT, 1979, p. 34-5).

Forjar, assim, uma escrita disparatada e sem regressões acontecimentaliza ao invés de funcionar factualmente. Uma história como campo de imanência e sem causalidades determinantes inventa linhas ramificadas e intensivas, problematiza ao invés de constatar ou verificar, como devir não faz fotografia de vestígios e sim faz passar as forças raras e dispersas (DELEUZE; GUATTARI, 2000). Estes saberes estão em dispersão, em descontinuidade temporal, entrecortados em séries. Assim, é fundamental realizar um corte das séries que são articuladas e distintas, ao mesmo tempo, operando em níveis diagonais e pela exterioridade dos acontecimentos raros e singulares (FOUCAULT, 2005).

A história é formada por regimes de dizibilidades e de visibilidades, em que cada extrato histórico é constituído por conjuntos de sistemas de repartição do que se pode ver e falar em uma dada época. Todavia, há variação e conexão entre os diagramas, constituinte de dispositivos. As visibilidades não se confundem com as imagens e nem os dizeres com o objeto do qual fala, por isto, “falar não é ver” (DELEUZE, 2005, p. 70).

O historiador seria aquele que estabelece relações entre os acontecimentos, concebendo-os como um emaranhado de descontinuidades sobrepostas, fazendo os estratos de acontecimentos se multiplicarem. A história seria uma multiplicidade de tempos e não uma duração única (FOUCAULT, 2005). Foucault nos lembra que o historiador detém-se nos acasos dos aparecimentos e raridades, na análise da emergência e da proveniência. Como nos fala Marton (2001, pp. 203-4):

A genealogia nietzschiana é entendida como análise da proveniência e história das emergências. [...] A proveniência (*Herkunft*) não funda, não aponta para uma continuidade, não é uma categoria de semelhança. Perguntar-se pela proveniência de um indivíduo, de um sentimento ou de uma idéia, não é descobrir suas características genéricas para assimilá-lo a outros, nem mostrar que nele o passado ainda está vivo no presente, muito menos encontrar o que pôde fundá-lo, mas sim buscar suas marcas diferenciais, repertoriar desvios e acidentes de percurso, apontar heterogeneidades sob o que se imagina conforme a si mesmo. A emergência (*Entstehung*), por sua vez, não se confunde com o termo final de um processo, [...] No indagar sobre a emergência de um órgão ou de um costume, não se trata de explicá-los pelos antecedentes que os teriam tornado possíveis, mas de mostrar o ponto de seu surgimento; não cabe compreendê-los a partir dos fins a que se destinariam, mas detectar um certo estado de forças em que aparecem.

Contudo, o Foucault genealogista também foi um arquivista, se instalou na diagonal para fazer análises transversais, como destacou Deleuze (2005). Em um arquivo, o discurso funciona na adjacência de outros, compondo um grupo de enunciados. Por isto, o enunciado seria transversal, definindo regularidades heterogêneas que funcionariam por regras de variação dispersas. O espaço colateral não é uma proposição, nem se reduz às frases e aos contextos e axiomas. O enunciado é uma multiplicidade, operando por vetores em variação (DELEUZE, 2005).

Outro aspecto do arquivo é o espaço correlativo que se relaciona com “sujeitos, seus objetos, seus conceitos” (DELEUZE, 2005, p. 18). Assim, “um mesmo enunciado pode ter várias posições, vários lugares de sujeito” (DELEUZE, 2005, p. 19). Haveria um objeto discursivo, para Foucault e não um referente ou intencionalidade. Os enunciados possuem conceitos, esquemas discursivos. Desse modo, “o espaço correlativo é a ordem discursiva dos lugares ou posições dos sujeitos, dos objetos e dos conceitos numa família de enunciados.” (DELEUZE, 2005, p. 20-1).

Além do espaço colateral e do correlativo, Foucault teria postulado “o espaço complementar ou de formações não discursivas (instituições, acontecimentos políticos, práticas e processos econômicos)” (DELEUZE, 2005, p. 21). Ora, se há enunciados nas instituições os mesmos também se referem concomitantemente às instituições, o que implica em configuração de objetos e constituição de posições de sujeitos. Mas, o campo discursivo de relações é tecido imanente ao não discursivo, sendo que o enunciado poderia ser repetido, pois é materializado em práticas de distribuição, “repartição de singularidades, a mesma ordem de locais e de posições, a mesma relação com um meio instituído” (DELEUZE, 2005, p. 22).

Porém, o que é repetido pelo enunciado não é a mesma coisa já que há emissões de singularidades em sujeitos e com lugares vazios. Assim, que o enunciado não pertence a um sujeito, se trata de um murmúrio anônimo. Ora, quando Foucault colocou em xeque os documentos e nossa relação com eles, marcou sua analítica de um monumento arquivo, neste sentido que postulou que os enunciados são diferentes das palavras, das proposições e das frases. Os enunciados são uma função de existência e a unidade mais elementar de um discurso, de acordo com Foucault (2005).

O trabalho do genealogista é demorar-se sobre os documentos como monumentos que narram o cotidiano, os detalhes banais, o que parece não ter história e realizar uma descrição e análise paciente, minuciosa. Trata-se de uma “constituição de um saber histórico das lutas e a utilização deste saber nas táticas atuais” (FOUCAULT, 1979, p. 171). Assim, a genealogia é uma anticiência e deve

desdisciplinarizar os saberes para torná-los capazes de luta, é importante colocar em deslocamento a verdade como ciência, fazendo a insurreição dos saberes sujeitados e perguntando pelos efeitos de poder-saber. Por isto, Foucault (1979) passou a utilizar o termo saber e a criticar a noção de conhecimento e de ciência.

Neste projeto genealógico, as relações de poder devem ser analisadas, de acordo com Foucault (1979), na genealogia por meio da crítica de postulados que ele denomina de precauções metodológicas, tais como: deslocar o poder como propriedade, em que o poder é uma relação estratégica mais do que uma propriedade; o interrogar o poder como localização em que o Estado seria pensado como o lugar do poder ou ainda a instituição o seria; mas este lugar é interrogado por ser composto por multiplicidades de forças; colocar em xeque o postulado da subordinação para pensar a produção das relações causais; questionar o postulado do atributo, do poder como posse e transferência que está ligado a um sistema que divide: dominantes e dominados; pois, para Foucault o poder é uma relação e opera sempre sem se fixar a um grupo específico ou a uma classe determinada; outro postulado a ser deslocado é o da modalidade em que se define poder como repressão e violência ou ideologia, no entanto, poder é ação, deve ser descrito como ação para incitar, compor e investir, normalizar e suscitar; problematizar o postulado da legalidade, em que o poder é descrito como soberania jurídica encarnado na lei que coage e proíbe; ora, Foucault ressaltou que a relação de poder é uma prática e que é estratégia e tática mais do que lei.

Assim, estas precauções nos auxiliam a problematizar pela analítica do poder o diagrama, que se diferencia do arquivo monumento apenas porque seria um mapa móvel e coextensivo ao campo social, misturando matérias fluidas, imanentes e em devir (DELEUZE, 2005).

2 HISTÓRIA DAS PRÁTICAS QUE INVENTAM OBJETO NA PRAGMÁTICA DAS RELAÇÕES HETEROGÊNEAS

Historicizar as práticas é analisar o arquivo e o diagrama simultaneamente, pois o mapa das forças em jogo é desenhado pela sua formação diagramática, em agenciamentos disjuntivos e que geram efeitos como as atualizações de forças virtuais intensivas se tornam objeto por meio de práticas sociais em desdobramentos ao acaso. “Há uma história dos agenciamentos, assim como há um devir e mutações de diagrama” (DELEUZE, 2005, p. 51).

Para problematizar este processo de naturalização de um objeto, recorreremos à história por meio do uso de um operador metodológico caro a Foucault (VEYNE, 1998) – o de “práticas”. Para

Foucault, não há um objeto natural, mas somente práticas de objetivação e subjetivação. “O objeto se explica pelo que foi o fazer em cada momento da história” (VEYNE, 1998, p. 257).

O que se problematiza são as práticas de ver e de dizer, de acordo com Deleuze (2000); neste caso, instituições são práticas e não totalidades fechadas que operam como mecanismos. Neste sentido, vale mais para Foucault (1979) se deter nas governamentalidades do que no Estado e na burguesia para explicar e pensar as práticas de regulação das condutas. Descrever as tentativas de governo implica em problematizar práticas múltiplas e diversas, formadas por linhas de força e que não se limitam ao Estado e a uma classe social, pois, ambos já são efeitos e não unidades invariáveis.

O genealogista descreve estas práticas datadas e historiciza as objetivações, as racionalizações para que elas desapareçam como evidência, ou seja, nos lembra de que os acontecimentos são raros e que não há uma constante que os relacione, totalizando-os em uma unidade em função de supostas semelhanças entre categorias agrupadas. A história é composição de séries diversas que se misturam e se embaralham, formando novas relações, atualizando-se, como “virtualidades sem rosto” (VEYNE, 1998, p. 268).

Com certeza a história faz parte de seu método. Mas Foucault nunca virou historiador. Foucault é um filósofo que inventa com a história uma relação inteiramente diferente que a dos filósofos da história. A história, segundo Foucault, nos cerca e nos delimita; não diz o que somos, mas aquilo em que estamos em vias de diferir; não estabelece nossa identidade, mas a dissipa em proveito do outro que somos (DELEUZE, 1992, p. 119).

Cada prática está ligada às vizinhas em suas transformações, ou seja, há um movimento do tabuleiro dos dados que engendra novos acontecimentos. Para estudar as práticas, Foucault propõe interrogá-las, questionar suas pretensões de evidência, colocar em questão os postulados instituídos no campo social com seus efeitos de verdade. “O método de Foucault sempre se contrapôs aos métodos de interpretação. Jamais interprete, experimente... [...]” (DELEUZE, 1992, p. 109). Não há oculto a estudar e nem motor a encontrar, e sim há práticas concretas e materiais e a interpretação é somente interpretação da interpretação, em jogos arbitrários de forças sem origem e sem fim.

A questão metodológica central para a genealogia é a relação do saber com o poder e do poder com o saber. Foucault (1999) destaca que as técnicas do poder disciplinar: o exame, a vigilância e a sanção normalizadora intensificaram o exercício das relações de poder e da produção de saber. Ele assinala que, por meio do exame, fabricamos os casos. Ao mesmo tempo em que um indivíduo é vigiado, efeito da sociedade disciplinar e modelado por tecnologias disciplinares como caso analisado,

produz-se um campo documentário que o captura e o fixa, comparando-o com os demais, classificando-o, objetivando-o. Ele destaca que:

[...] A criança, o doente, o louco, o condenado se tornaram, cada vez mais facilmente a partir do século XVIII e segundo uma via que é a da disciplina, objeto de descrições individuais e de relatos biográficos. Esta transcrição por escrito das existências reais [...] funciona como processo de objetivação e de sujeição. (FOUCAULT, 1999, p. 159).

Foucault sempre alerta para o caráter de acontecimento dos discursos e para a concepção de arquivos como cruzamentos entre mecanismos políticos e efeitos de discurso. Assim, Foucault dá visibilidade para os jogos de poder/saber que constituíram os arquivos enquanto captura, sob a forma de discurso de vidas que dificilmente seriam objeto de heroificação, corpos que entraram na história pelos pequenos desvios e transgressões. A história das infâmias é realizada pelo exercício de relações de poder como táticas e técnicas de escrita de pequenos desvios que transformavam os documentos em monumentos por meio de um investimento incessante sobre os corpos fugidios, que insistiam em desobedecer, em romper com o instituído de uma determinada sociedade. Fabricar arquivos seria produzir e fazer circular saberes como efeitos de um conjunto de forças que se enfrentam nas malhas das relações de poder (FARGE, 2011).

A genealogia é cinza; ela é pacientemente documentária. Ela trabalha com pergaminhos embaralhados, riscados, várias vezes reescritos. [...] Daí, para a genealogia, um indispensável demorar-se: marcar as singularidades dos acontecimentos, longe de toda finalidade monótona; espreitá-los lá onde menos se os esperava e naquilo que é tido como não possuindo história — os sentimentos, o amor, a consciência, os instintos. [...] (FOUCAULT, 1979, p. 15)

Como desdobramento destas definições, poderíamos interrogar que táticas e estratégias foram agenciadas para a produção de documentos? Como foram produzidos estes documentos que analisamos e de que modo ganharam visibilidade na cena pública e foram transformados em memória a ser venerada?

A produção do discurso em nossa sociedade é indissociável de uma série de procedimentos de controle, de seleção, de organização e de redistribuição dos enunciados e dos sujeitos, procedimentos estes voltados para afastar os poderes e os perigos do discurso, para dominar seu aparecimento aleatório, para esquivar sua própria materialidade (ALVAREZ, 1999, p. 74).

Para analisar as relações entre saber-poder através da genealogia, Foucault (1979, p. 244) criou a noção de “dispositivo”, que ele conceituou como “um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas”. Portanto, a categoria: “dispositivo” é um operador metodológico que nos auxilia na análise das práticas discursivas, de poder e de subjetivação.

As práticas discursivas são descritas como instituições, pois têm uma realidade material e disparam efeitos, tais como: lutas, processos de servidão e dominação; jogo de palavras composto de perigos e de relações de poder, produção de saberes e difusão destes em espaços institucionais, captura das ações em regimes de força, domesticação da multiplicidade em arquivos de uma escrita biográfica e o estabelecimento de relações entre acontecimentos díspares (FOUCAULT, 2004).

As transformações nas leis, nas práticas institucionais, nos saberes e nos modos de pensar e definir a criança e o adolescente é um exemplo deste jogo de forças em luta e embate constante. Há uma polícia discursiva, de acordo com Foucault (2004), que filtra os discursos, apagando alguns, jogando luz sobre outros, controlando quem fala e o que fala, fixando limites de fala, estabelecendo critérios para a fala, qualificando algumas falas, desautorizando outras; conservando alguns discursos em arquivos e banindo outros, distribuindo alguns discursos e impedindo a circulação de outros, definindo fronteiras de discursos em disciplinas específicas, produzindo veneração de determinados discursos, recortando-os e os recompondo em novas roupagens.

[...] Analisar os fatos de discurso no elemento geral de arquivo é considerá-los não absolutamente como documentos (de uma significação escondida ou de uma regra de construção), mas como monumentos [...] (FOUCAULT, 2005, p. 95).

Se eu estudei práticas como as do sequestro dos loucos, ou da medicina clínica, ou da organização da das ciências empíricas, ou da punição legal, foi para estudar um jogo entre um código que regula maneiras da fazer (que prescreve como selecionar as pessoas, como educar os indivíduos etc.) e uma produção de discursos verdadeiros que servem de fundamento, de justificação, de razões de ser e princípio de transformações a essas mesmas maneiras de fazer. Para dizer as coisas claramente: meu problema é saber como os homens se governam (eles próprios e os outros) através da produção da verdade (FOUCAULT, 2006b, 342-343).

De acordo com O'Brien (1995, p. 34), os trabalhos de Foucault podem ser considerados “um modelo para a escrita da história da cultura”, pois ele problematizava os extratos históricos de sua

própria época. Portanto, não teria sentido buscar nos documentos-acontecimentos vestígios de culturas anteriores para costurar uma linha reta do tempo, apontando as continuidades de certas tradições ao longo da história, querendo rebater as multiplicidades que proliferam em categorias agrupadas por semelhanças.

De acordo com O'Brien (1995, p. 34), as preocupações de Foucault eram com os modos de agir no presente e como eles estavam em vias de ruptura com o estabelecido. "[...] Entre o poder e o saber, há diferença de natureza, heterogeneidade; mas há também pressuposição recíproca e capturas mútuas e há, enfim, primado de um sobre o outro [...]" (DELEUZE, 2005, p. 81). O saber é forma que opera por visibilidade e dizibilidade e o poder é força que se exerce enquanto estratégia intensiva.

A genealogia seria, portanto, com relação ao projeto de uma inscrição dos saberes na hierarquia de poderes próprios à ciência, um empreendimento para libertar da sujeição os saberes históricos, isto é, torná-los capazes de oposição e de luta contra a coerção de um discurso teórico, unitário, formal e científico. [...] (FOUCAULT, 1979, p. 172)

Não há possibilidade de exercício do poder sem uma certa economia dos discursos de verdade que funcione dentro e a partir desta dupla exigência. Somos submetidos pelos poder à produção da verdade e só podemos exercê-lo através da produção da verdade. (FOUCAULT, 1979, p. 179-180)

"O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo pelo que se luta [...]" (FOUCAULT, 2004, p. 10). Foucault (2005, p. 72) chegou a afirmar: "[...] meu objeto não é a linguagem, mas o arquivo, ou seja, a existência acumulada de discursos". Foucault fez pesquisas históricas e não trabalho de historiador, ele lançou uma flecha no tempo, em que no movimento em que pesquisava se deslocava, constituindo-se concomitantemente.

3 A HISTÓRIA COMO LUTA E INQUIETAÇÃO NO PRESENTE

Assim como Foucault afirmava que ele captava o intolerável e efetuava uma análise como atitude crítica, forjando práticas de heterotopias, também visamos agir na inquietude de quem não se conforma com as sujeições atuais e busca cartografar quais são os novos perigos em nosso tempo, tentando efetuar uma história de nosso presente. Neste sentido, procuramos marcar os traçados das lutas, tensionando os consensos que visam silenciar as vozes dissonantes e aplacar a coragem da verdade, sem temer os riscos desta experimentação.

Fazer uma pragmática, como assinala Veyne (1998) é descrever as práticas como o que é feito, como história problema do que foi feito por nós, concretamente e materialmente, sem causalidade e sem finalidade para, então, efetuarmos o que Foucault (2004) denominou da crítica do documento como verdade e como rastros do passado.

Os documentos forjados por instituições têm data, lugar, assessores, financiadores, lançam mão de saberes, de estratégias diplomáticas, de conluios políticos entre muitos atores, de interesses variados e não somente ligados à proteção de direitos, utilizam racionalidades da ciência, acionam normas sociais, agenciam saberes das psicologias, incidem sobre territórios e são operadores de decisões econômicas e culturais, de políticas de saúde e de educação.

Cada vez mais me parece que a formação dos discursos e a genealogia do saber devem ser analisadas a partir não dos tipos de consciência, das modalidades de percepção ou das formas de ideologia, mas das táticas e estratégias de poder. Táticas e estratégias que se desdobram através das implantações, das distribuições, dos recortes, dos controles de territórios, das organizações de domínios que poderiam constituir uma espécie de geopolítica, por onde minhas preocupações encontrariam os métodos de vocês. [...] (FOUCAULT, 1979, p. 165).

Os documentos monumentos são artifícios e artefatos engendrados por práticas discursivas e não discursivas, de saber e de poder, geram efeitos no campo das governamentalidades sobre os corpos com prescrições de condutas, em nome da proteção dos direitos, da garantia e da promoção dos mesmos, muitas vezes. É neste campo que esse artigo aciona perguntas, análises e descrições históricas da atualidade para romper com suas armadilhas e técnicas de controle social e, desse modo, produzir espaço para invenção de outros estilos de vida, em uma estética, ética e política de existências.

CONCLUSÕES PROVISÓRIAS

A história das práticas sociais permite criar visibilidade para os mecanismos de produção de verdade e de poder e, dessa maneira, criar uma abertura de possibilidades que não se limitem às tentativas de captura dos mecanismos de controle, na atualidade, pois permite a produção de resistências pela escrita e análise documental. A escrita da história possibilita um trabalho com os documentos e com os arquivos que nos auxilia a desnaturalizar as práticas instituídas e descrever a montagem das mesmas.

No bojo dessa escrita, abrimos brechas no presente para nos diferir de nós mesmos e para deslocarmos as forças que constituem os dispositivos de controle social dos corpos. Uma escrita da história é um artefato que nos permite realizar na psicologia social um cuidado de si e dos outros, em termos de oferta de pistas para a efetuação da potência de vida e da abertura para novos campos de possíveis, por isso, é uma tática de luta na invenção de si e do mundo.

Descrever e analisar historicamente documentos por meio das ferramentas arqueogenealógicas nos permite acessar possibilidade de interrogar práticas, problematizar o que nos é apresentado como dado e conformado e, portanto, mais que uma perspectiva de pesquisa teoria e metodológica falamos e trabalhamos com jogos políticos de resistência e singularização com o uso dos documentos em dispositivos de diferenciação e ruptura, em uma atitude crítica.

REFERÊNCIAS

- ALVAREZ, M. C. Michel Foucault e a ordem do discurso. In: Catani, A. M.; Martinez, P. (Orgs.) **Sete ensaios sobre o Collège de France**. São Paulo: Cortez, 1999.
- CARDOSO Jr., H. R. **Tramas de Clio**: convivência entre filosofia e história. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2001.
- DELEUZE, G. Controle e devir. In: _____. **Conversações**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992 (a). pp. 209-218.
- _____. *Post-scriptum* sobre as sociedades de controle. In: DELEUZE, G. **Conversações**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992 (b). pp. 219-226.
- _____. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs I**: capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro: Editora 34, 2000.
- FARGE, A. **Os lugares da história**. Rio de Janeiro: Autêntica, 2011.
- FONSECA, M. A. da **Michel Foucault e a constituição do sujeito**. São Paulo: EDUC, 2003.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- _____. **História da Sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- _____. **Vigiar e Punir**: a história da violência nas prisões. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- _____. **Em defesa da sociedade**. 3ª ed. Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- _____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2004.

_____. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

MARTON, S. **Extravagâncias**: ensaios sobre a filosofia de Nietzsche. 2ª Ed. São Paulo: Discurso Editorial e UNIJUÍ, 2001.

NIETZSCHE, F. **Segunda consideração intempestiva**: da utilidade e desvantagem da história para a vida. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

O'BRIEN, P. "A história da cultura de Michel Foucault". In: HUNT, L. (Org.) **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

VEYNE, P. Foucault revoluciona a história. In: **Como se escreve a história**. Brasília: UNB, 1998.

¹ Profa. Dra. Adjunta III, Psicologia Social/UFPA.

² Mestre em Psicologia/UFPA.

³ Mestre em Psicologia/UFPA.